



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

Estado do Rio de Janeiro
INVESTERIO
Agência de Fomento

www.investerio.com.br

CINEMA - Verbas serão destinadas a 70 projetos em 2012, entre filmes, festivais e ações de democratização do acesso a cultura. Fundo de investimento em parceria com BNDES, Firjan, InvesteRio e Lacan terá R\$ 18,5 milhões

RioFilme investirá R\$ 30 milhões

DA REDAÇÃO

Em 2012, a RioFilme investirá pelo menos R\$ 31 milhões em 70 projetos de empresas cariocas de audiovisual, entre filmes, festivais e ações de democratização do acesso. Este é o maior investimento na história da empresa, que completará 20 anos no próximo ano. O anúncio foi feito, ontem, no Palácio da Cidade, em Botafogo. O valor total a ser investido deve ser superado já que se somarão os recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e do Funcine Rio 1, fundo de investimento criado pela RioFilme em parceria com o BNDES, a InvesteRio, a Firjan e a Lacan Investimentos, que terá R\$ 18,5 milhões.

"Estamos construindo um caso bem-sucedido de investimento público em economia criativa. A promoção do desenvolvimento da indústria audiovisual carioca é um compromisso de longo prazo; e a relação do cinema com o Rio, um caso de amor antigo", afirmou o prefeito Eduardo Paes. "Trata-se de uma das vocações econômicas e culturais do Rio, que pode e deve ser potencializada."

Uma das novidades anunciadas no evento é a criação do Programa de Fomento ao Audiovisual Carioca (PAC), que prevê um investimento



Auditério cheio no anúncio dos investimentos da RioFilme para o próximo ano: valor será recorde na história da entidade

não-reembolsável de R\$ 10 milhões por meio de cinco linhas: desenvolvimento de longas, desenvolvimento de TV, produção de curtas, produção de documentários para TV e produção e finalização de longas. Os projetos serão selecionados por comissões, que serão formadas cada uma por quatro profissionais do setor e um representante da RioFilme. Os recursos deverão ser gastos no Rio. Apenas empresas sediadas na cidade poderão concorrer.

"Com o FAC, o projeto da

nova RioFilme se completa. Teremos, assim, R\$ 10 milhões para operações reembolsáveis de investimento em filmes, focadas no êxito comercial dos projetos, e R\$ 10 milhões para operações não-reembolsáveis, focadas na relevância cultural e artística, na diversidade da produção e na revelação de novos talentos", afirmou o diretor-presidente da entidade, Sérgio Sá Leitão.

Segundo ele, a criação do FAC estava prevista desde 2009. "A ideia sempre foi combinar

os investimentos reembolsáveis com ênfase no valor econômico e os não-reembolsáveis com ênfase no valor cultural. Iniciamos com o reembolsável para mostrar resultados e elevar a capacidade de investimento da empresa. Agora, com o apoio das entidades e da Prefeitura, chegamos ao FAC."

O evento teve a participação do secretário municipal de Cultura, Emílio Kalil, da secretária municipal de Fazenda, Eduarda La Rocque, do diretor-presidente da RioFilme, Sérgio Sá Leitão; da diretora do Festival do Rio, Walkiria Barbo-

sa, e de vários diretores, produtores, distribuidores e exibidores cariocas. Além disso, foi feita uma homenagem ao Festival do Rio devido ao sucesso de sua mais recente edição.

ANULAÇÃO. Em decreto publicado no Diário Oficial de ontem, a prefeitura do Rio anulou os contratos com as cooperativas de vans que atuam no STPL (Sistema de Transporte Público Local), em fase de organização, e decidiu fazer contratos de permissão com motoristas pré-cadastrados pelas coo-

operativas. O decreto esclarece que para a assinatura dos novos contratos o permissionário e os motoristas auxiliares deverão apresentar certidões que comprovem a ausência de antecedentes criminais.

Segundo a decisão, os motoristas deverão firmar acordo operacional ou se organizar em uma forma associativa para regulamentação de carga horária, frequência, itinerários e regras tarifárias, que estejam de acordo com as obrigações previstas no projeto básico das licitações do STPL.

As permissões continuam a ser delegadas em caráter precário, podendo ser unilateralmente revogadas por razões de interesse público devidamente fundamentado. O motorista fica sujeito às penalidades previstas no contrato e na legislação caso descumpra qualquer das obrigações legais. Inclui-se a rescisão do contrato de permissão.

A regularização do transporte por vans era uma promessa de campanha do prefeito Eduardo Paes. A poucos dias da eleição, em 2008, Paes se reuniu com as cooperativas e prometeu ordenar o serviço. A promessa acabou com um movimento das cooperativas contra a eleição do atual prefeito. Recentemente, motoristas de vans autônomas iniciaram uma campanha para que as linhas não fossem entregues a cooperativas.